

37097

## SITUAÇÃO DO CONTROLE BIOLÓGICO NA AMÉRICA DO SUL

Bettiol W<sup>1</sup> - <sup>1</sup>Embrapa Meio Ambiente - \*

Nos últimos anos, diversas biofábricas foram instaladas na América do Sul, produzindo milhares de toneladas de biomassa de agentes de biocontrole (ABC), formando uma importante cadeia produtiva. Apesar disso, a maioria dos produtos comercializados não possui registro junto aos órgãos competentes e não há política pública que estimule o seu uso. Os mercados brasileiro e argentino de pesticidas foram de US\$ 7,125 e US\$ 2,164 bilhões; e os do Chile, Colômbia e Venezuela de US\$ 476, US\$ 350 e US\$ 130 milhões em 2008. Nos demais países da América do Sul as vendas foram inferiores a US\$ 100 milhões. De um modo geral, os ABC representam 1% do mercado, exceção feita à Colômbia que é em torno de US\$ 20 milhões. No Brasil, apesar de ser o maior consumidor mundial de pesticidas, apenas 1% é de ABC, portanto entre US\$ 65-75 milhões. Entretanto, o crescimento desses produtos no mercado permite estimar que a comercialização de ABC atinja 5% do mercado nos próximos 10 anos, sendo os problemas de regulamentação, culturais e de políticas públicas os mais críticos. Em 2008, no Brasil tinha registrado 1339 pesticidas, sendo 18 à base de ABC; no Chile 1519, sendo 30 à base de ABC; na Argentina 3227, sendo 23 à base de ABC; na Colômbia de 685 e 97 produtos à base de ABC. A discrepância nos números está relacionada com a legislação. Enquanto na Argentina, Brasil e Chile a legislação para registro de agentes de biocontrole é semelhante à dos pesticidas, na Colômbia existe uma legislação específica desde 2004, com reflexo marcante no número de produtos registrados. Nesses países os produtos registrados para o controle de pragas são *Bacillus thuringiensis*, *Metarhizium anisopliae*, *Beauveria bassiana*, *Lecanicillium lecanii*, *Paecilomyces lilaceus*, *Trichogramma* e *Cotesia*; e para o de doenças espécies de *Trichoderma* e *Bacillus subtilis*.

Os problemas regulatórios e burocráticos são responsáveis pelo aumento no número de produtos à base de ABC ilegais na América do Sul. Assim, os maiores desafios são: aprovação de uma legislação específica para registro de ABC; redução do tempo e dos custos necessários para registro de ABC; isentar de registro os macro-organismos utilizados como ABC; e estabelecer o registro dos ABC considerando a praga ou doença alvo e não a cultura entre outros. Nesse sentido, as autoridades responsáveis pelos aspectos relacionados com segurança à saúde pública e ao ambiente têm alterado as regulamentações nos últimos anos para facilitar/estimular o registro de ABC. Diversos países da América do Sul têm trabalhado para o estabelecimento de uma legislação específica para registro de ABC. A criação da ABCBIO (Associação Brasileira das Empresas de Biocontrole) no Brasil estimulou o debate do tema e a melhoria dos produtos à base de ABC.

Associado aos aspectos regulatórios há a necessidade de que os países da América do Sul adotem políticas públicas para estimular/favorecer o controle biológico utilizando adequados instrumentos educacionais, legislativos, econômicos e financeiros à semelhança do que ocorreu com o estímulo ao uso de pesticidas e fertilizantes. Essas medidas são necessárias para que o desenvolvimento tecnológico busque a auto-sustentabilidade do sistema agrícola e não apenas caminhe para a sustentabilidade. Nesse sentido, uma agricultura auto-sustentável deve manter a complexidade existente na natureza e não ser simplificada ao extremo como ocorreu no último século, justamente o século responsável por ultrapassar diversos limites planetários e tendo a agricultura como uma das responsáveis.